

13ª Alteração Contratual e Consolidação da empresa
**“SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
EPP”**

JÚLIO CESAR RIBEIRO, brasileiro, casado por comunhão universal de bens, empresário, natural de Almenara - MG, nascido aos 10/05/1946, filho de César Ribeiro e Julieta Ribeiro Ávila, portador da cédula de identidade n.º **152.553**, expedida pela SSP/DF e **CPF/MF** sob o n.º **076.631.101-53**, residente e domiciliado à SHIN QI 03, Conjunto 01, Casa 11, Lago Norte, Brasília, DF, CEP.: 71.505-210 e;

ELIETE MAMARE RIBEIRO, brasileira, casada por comunhão universal de bens, empresária, natural do Rio Piracicaba - MG, nascida aos 01/11/1945, filha de Antônio Augusto Mamare e Maria Antonieta Martins Mamare, portador da cédula de identidade n.º **75.217**, expedida pela SIC/GO e do CPF **364.643.761-87**, residente e domiciliada a SHIN QI 03, Conjunto 01, Casa 11, Lago Norte, Brasília, DF, CEP.: 71.505-210,

Únicos sócios componentes da sociedade limitada sob a denominação social de “**SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP**”, estabelecida a **SCS Quadra 08, Bloco B, n.º 60, Sala 249, Ed. Venâncio 2000, Asa Sul, Brasília, DF CEP: 70.333-900**, inscrita no **CNPJ** sob o n.º **33.498.171/0001-41**, com seu contrato social registrado e arquivado na Junta Comercial do Distrito Federal sob o n.º **53.2.0045762.8** por despacho de 06.12.1989, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar e após consolidar o seu contrato conforme as cláusulas e condições a seguir.

Cláusula Primeira – Neste ato altera-se o endereço social da sociedade para: **SIA Trecho 04, Lote 2000, Bloco F, Sala 201, Sia, Brasília, DF, CEP: 71.200-040.**

Cláusula Segunda – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato social e alteração contratual desde que não alteradas por este instrumento.

CONSOLIDAÇÃO

A vista da modificação ora ajustada, **consolida-se** o contrato social que passa a ter a seguinte redação:

Cláusula Primeira (Nome Empresarial e Endereço da Sede) A sociedade girará sob o nome empresarial de “**SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP**”, e o nome de fantasia de “**SAÚDE COMÉRCIO**” e tem sua sede social à **SIA Trecho 04, Lote 2000, Bloco F, Sala 201, Sia, Brasília, DF, CEP: 71.200-040.**

Cláusula Segunda (Capital Social) O Capital Social é de **R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais)** divididos em **100.000 (Cem Mil)** quotas no valor unitário de **R\$ 1,00 (Hum Real)**, totalmente integralizado, neste ato, pelos sócios, em moeda corrente do país. Dessa forma, o capital social, fica assim distribuído:



13ª Alteração Contratual e Consolidação da empresa
**“SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
EPP”**

SÓCIOS	QUOTAS	R\$	%
JÚLIO CESAR RIBEIRO	90.000	90.000,00	90,00
ELIETE MAMARE RIBEIRO	10.000	10.000,00	10,00
TOTAL	100.000	100.000,00	100,00

Cláusula Terceira (Objeto Social) O objeto social da empresa será: “Compra, venda e distribuição de máquinas e equipamentos, utensílios e artigos médicos, cirúrgicos, hospitalares, científicos e odontológicos, móveis e equipamentos para escritórios, máquinas, equipamentos e utensílios para lavanderias, cozinhas e refeitórios, material de limpeza e higiene pessoal, óleos lubrificantes para consultório odontológicos.”

Cláusula Quarta (Início de Atividades e Tempo de Duração) A sociedade iniciará suas atividades em **02 de janeiro de 1990** e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

Cláusula Quinta (Quotas) As quotas serão indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Sexta (Responsabilidade dos Sócios) A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pelo capital social.

Cláusula Sétima (Administração da Sociedade) A administração da sociedade caberá aos sócios **JÚLIO CESAR RIBEIRO e/ou ELIETE MAMARE RIBEIRO**, o qual assinarão isoladamente, com os poderes e atribuições de gerenciar e administrar, ficando, inclusive, autorizados para o uso do nome empresarial. Entretanto, é expressamente vedado, seu uso em negócios alheios ao objeto social, como também, assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização prévia dos demais sócios.

Cláusula Oitava (Exercício Social e Prestação de Contas do Administrador) Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou prejuízos apurados.

Cláusula Nona (Deliberação de Contas do Administrador) Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão um novo administrador (es), quando for o caso.

Cláusula Décima (Abertura de Filiais) – A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

  2

13ª Alteração Contratual e Consolidação da empresa
**“SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
EPP”**

Cláusula Décima Primeira (Retirada de Pró-Labore) A título de Pró-Labore, os sócios poderão fazer jus a uma retirada mensal, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Segunda (Dissolução da Sociedade) Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do (s) sócio (s) remanescente (s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

§ Único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula Décima Terceira (Declaração de Administração) Os sócios administradores, declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa e concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Quarta (Foro) Fica eleito o foro de Brasília/DF, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste instrumento.

E assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual forma e teor e para um só valor, arquivando-se uma via na **MM Junta Comercial do Distrito Federal** de acordo com a legislação em vigor.


JÚLIO CESAR RIBEIRO


ELIETE MAMARE RIBEIRO

Brasília/DF, 25 de março de 2011.

